

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

ONLINE EDUCATION IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS: REMARKS FROM THE INSTITUTIONAL ASSESSMENT

- **Rosemery Celeste Petter** (Universidade Federal de Mato Grosso – rosypetter@gmail.com)
- **Taciana Mirna Sambrano** (Universidade Federal de Mato Grosso – tacianamirna@gmail.com)

Resumo:

Com a expansão da EaD nas IES e a premente necessidade de que estas apresentem condições necessárias para que a oferta de ensino, pesquisa e extensão seja de qualidade, faz-se necessária a avaliação da instituição a fim de que, a partir dos seus resultados, a administração superior possa promover medidas de melhoria e apoio constantes à viabilização da avaliação na instituição. O presente trabalho tem como objetivo apresentar um panorama e uma análise comparativa dos resultados da autoavaliação da EaD/UFMT dos anos de 2010, 2012 e 2014, tendo como eixo norteador as dimensões política de gestão e infraestrutura. Como resultado da análise realizada, percebe-se que de modo geral os dados são positivos, contudo a instituição ainda terá que despende esforços para a melhoria dos aspectos atinentes às dimensões apreciadas.

Palavras-chave: Ensino Superior. Educação a Distância. Avaliação Institucional

Abstract:

Due to the expansion of Distance Education in Higher Education Institutions and considering the requirements to offer high quality education, research and outreach activities, it is necessary to assess those institutions. By doing so, the higher administration can promote improvements and constant support to an institutional assessment in an ongoing basis. This paper aims at presenting an overview and a comparative analysis of the data from the self-assessment of Distance Education at UFMT, based on the reports form 2010, 2012 and 2014, focusing on administration and infrastructure. The result from this analysis shows that the data are in general positive, but the institution still has to make efforts to improve the aspects herein analyzed.

Keywords: Higher education. Distance Education. Institutional Evaluation.

1. Considerações iniciais

A universidade é uma instituição social que tem como função prioritária a formação acadêmico-profissional de jovens e adultos. Devido à complexidade do seu trabalho e as

exigências demandadas pela sociedade do conhecimento, vem enfrentando desafios, como o atendimento às demandas sociais, cada vez maiores e complexas. Isso porque, “as instituições universitárias caracterizam-se por serem espaços destinados à reflexão acerca das relações que se constroem no âmbito institucional e das pressões externas provenientes de diferentes segmentos sociais” (MANFÉ et al, 2010, p.2).

Partindo-se de suas finalidades básicas e com vistas ao atendimento das demandas sociais por formação, independentemente do contexto em que os estudantes residam, as universidades promovem o ensino por meio das modalidades presencial e a distância. A Educação a Distância – EaD – tem como características básicas uma estrutura organizacional complexa; separação tempo/espaço entre docentes e discentes; enseja a interação (canais humanos) e/ou a interatividade (canais tecnológicos); a aprendizagem ocorre de forma independente e ao mesmo tempo coletiva (PRETTI, 2009). Além de estar, gradativamente, disponível a uma boa parcela da população anteriormente sem acesso ao ensino superior. Sua expansão nas IES brasileiras particulares e públicas, ocorrida nos anos de 1990 e, mais intensamente nos anos 2000, possibilitou que um grande contingente da população fosse inserido na educação superior. No caso das IES públicas, foi por meio, principalmente, do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB – que a expansão da EaD se deu de forma mais expressiva.

O crescimento quantitativo das vagas nessa modalidade exige que seja realizado um monitoramento pelas IES, sobretudo com a realização da avaliação institucional e avaliação de cursos, com o intuito de verificar a qualidade da oferta. No caso específico da EaD, a avaliação institucional atende-se não somente as dimensões propostas pela legislação que a norteia, mas também os aspectos indicados nos Referencias de Qualidade do Ensino Superior a Distância (BRASIL, 2007), quais sejam: concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; sistemas de comunicação; material didático; avaliação; equipe multidisciplinar; infraestrutura de apoio; gestão acadêmico-administrativa; sustentabilidade financeira.

Em face de tais considerações, pretende-se no presente trabalho apresentar um panorama dos dados e uma análise comparativa dos resultados da autoavaliação da EaD/UFMT, valendo-se dos dados presentes nos relatórios dos anos de 2010, 2012 e 2014. Para tanto, tomou-se como eixo as dimensões política de gestão e infraestrutura, indicadas na Lei 10.861 de 14/04/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES

2. A EaD nas Instituições de Ensino Superior: considerações acerca da autoavaliação

A avaliação constitui-se em uma das ações fundamentais para o alcance de maior e melhor qualidade dos cursos, programas e projetos desenvolvidos pela instituição. Hadji (apud DEPRESBITERIS, 2001, p. 20), ao abordar sobre a avaliação, ressalta a “existência de uma relação entre o que existe e o que se espera obter”.

Na gestão, o processo de avaliação tem relevância fulcral, pois esta mostra os acertos e desacertos das etapas do processo de planejamento e execução. Com base nos dados da

avaliação, podem-se reconsiderar objetivos e metas, formas de ação e favorecimento do processo de tomada de decisão. Desse modo, evidencia-se a importância de as universidades fomentarem uma autoavaliação global das suas atividades, incluindo a EaD.

Neste sentido, Petter et al (2014) afirmam que

A autoavaliação institucional é um fator fundamental para a garantia da qualidade das atividades do ensino superior, pois somente por meio deste rigoroso e contínuo processo, a universidade poderá responder às demandas que lhe são impostas e exercer a função antecipatória da qual depende a sua sobrevivência no futuro. (p. 4)

Com a avaliação institucional, pretende-se verificar o que tem prevalência para ser viabilizado e a direção a ser seguida, tendo como referência o projeto pedagógico da instituição educativa.

No contexto brasileiro, a necessidade de avaliação nas instituições de ensino superior veio à tona, de modo sistemático e como objeto de investigação, no centro das reformas educacionais entrelaçadas no processo de redemocratização do país. Conforme indicam Barreyro e Rothen (2008), no contexto universitário, tal aspecto ocorre no primeiro lustro dos anos 1980, com o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), revisto no ano 1990 por entidades representativas da educação superior atendendo à solicitação da Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras, que alvidrou o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

As indicações do PARU e PAIUB foram agregadas no Exame Nacional de Cursos (ENC). Com ele, a avaliação institucional, relevante na proposição do PARU e PAIUB, acabou relegada a um segundo plano. Isso porque o foco se assentou praticamente na avaliação dos estudantes, tornando-se o único instrumento oficial de coleta de dados, deslocando-se, desse modo, das propostas originais. Nelas, tanto a avaliação interna como externa da instituição tinham importância. Conforme a visão de Verhine, Dantas e Soares (2006), o ENC foi aprimorado nos seus referenciais teóricos e técnicos, tornando-se o alicerce para a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Conforme a Lei nº 10.861/2004, em seu artigo 3º, o propósito da avaliação das instituições de educação superior consistem em reconhecer o seu perfil e a importância de sua ação, através das suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, levando em conta as várias dimensões institucionais. Neste mesmo artigo, são apontadas as dimensões que devem ser avaliadas na instituição, quais sejam:

- I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV – comunicação com a sociedade;
- V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com

- a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII - infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- IX - políticas de atendimento aos estudantes;
- X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Para a avaliação das IES, todas essas dimensões são relevantes para sua gestão e avaliação. Conquanto, estas dimensões tem igual grau de importância na gestão e avaliação das IES. A avaliação institucional constituída pelo SINAES promove a avaliação do ensino superior articulando-se os resultados de três fontes: a autoavaliação das IES, com a avaliação dos estudantes; o ENADE; a avaliação dos cursos de graduação, em que se verificam as condições da oferta com o intuito de autorizar, reconhecer ou renovar o reconhecimento dos cursos das IES.

Ressalta-se que a autoavaliação da IES se realiza em duas etapas: a avaliação interna da instituição e a avaliação externa. A avaliação interna, ou autoavaliação institucional, é organizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada Instituição de Ensino Superior. A avaliação externa é fomentada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), que constitui comissões de avaliação, conforme diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

O SINAES voltou a dar destaque à Avaliação Institucional (AI), com a determinação de criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), em cada instituição superior de ensino. A existência obrigatória da CPA, com grande autonomia de ação, criou certo alvoroço inicial, mas, mais do que isso, difundiu a cultura de AI e, correlatamente, da avaliação do ensino.

Na Universidade Federal de Mato Grosso, a avaliação institucional tem seus alicerces nos fundamentos do marco legal de avaliação e regulação da Educação Superior presentes na Lei 10.861 de 14/04/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES. A Comissão Própria da Avaliação (CPA), responsável em viabilizar este processo avaliativo na instituição desde 2006, incluiu em 2010 dois representantes docentes da Educação a Distância pertencentes à equipe da, então, Coordenação de Programas e Projetos para a Educação a Distância (CPPEAD), atualmente Coordenação de Educação Mediada por Tecnologias da Informação e Comunicação (CEMATIC) da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Comunicação (STI) da UFMT para constituir esta comissão. Neste mesmo ano, a CPA agregou na avaliação institucional a participação dos discentes dos cursos da EaD neste processo. Para este fim, foi concebido um questionário específico para atender as peculiaridades desta modalidade.

3. A EaD a partir da avaliação institucional: análise das políticas de gestão e infraestrutura

Como já apontado em outra parte deste trabalho, o presente estudo tem o fito de apresentar uma análise comparativa dos resultados das avaliações institucionais realizadas na UFMT ao longo de três biênios.

Para tanto, procedeu-se com uma análise documental dos Relatórios da Comissão Própria de Avaliação – CPA –, divulgados entre 2010 a 2014 (UFMT, 2010, 2012, 2014). A escolha por este recorte deve-se ao fato de que o ano de 2010 marca a primeira avaliação institucional que incluiu os estudantes da modalidade a distância. Contudo, os questionários foram aplicados nos anos de 2010, 2012 e 2014, fato que justifica a análise do presente texto a partir dos relatórios divulgados nesses anos.

Contudo, em face da amplitude e importância de cada uma das dimensões propostas pelos SINAES, neste trabalho delimitou-se como recorte para análise as dimensões “políticas de gestão” e “infraestrutura”, por se considerar que estas dimensões trazem implicações sobre os estudantes da modalidade a distância, aspectos discutidos na sequência.

Há que se considerar que as informações que constam nos relatórios consultados trazem a influência direta das políticas educacionais que vigoram no atual momento histórico. Estas informações são oriundas das respostas dos estudantes matriculados em cursos de graduação ofertados na modalidade a distância. Entre os anos de 2010 a 2014, por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil, a UFMT ofertou na modalidade EaD, os seguintes cursos de graduação: Administração Bacharelado, Administração Pública, Licenciatura em Ciências Naturais e Matemática e Licenciatura em Pedagogia, Letras Português/ Inglês e Letras Português/ Espanhol. Ressalta-se que em 2007 foram ofertados Administração, Licenciatura em Ciências Naturais e Matemática e Licenciatura em Pedagogia; em 2009, Administração Pública e a segunda turma de Licenciatura em Ciências Naturais e Matemática e Licenciatura em Pedagogia, bem como a turma única de Licenciatura em Pedagogia (Acordo Brasil/Japão); por fim, em 2013, a segunda turma de Administração Pública, a terceira turma de Licenciatura em Pedagogia e a primeira turma de Letras Português/ Inglês e Letras Português/ Espanhol.

Não obstante, cabe destacar que estes cursos ofertados a partir da Universidade Aberta do Brasil vinculam-se a editais de fomento do Ministério da Educação por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Desse modo, o aporte financeiro depende desses editais para que os cursos possam ser ofertados.

Os resultados das dimensões analisadas nos relatórios da CPA serão apresentados seguindo a sequência exposta nos relatórios consultados, que tudo indica seguiu a ordem das questões do instrumento da autoavaliação.

3.1. Política de gestão

Esta dimensão enfatiza a verificação do desenvolvimento das políticas de pessoal e da organização e gestão da instituição educativa. Abarca, também, elementos do planejamento e da sustentabilidade financeira da IES. Entretanto, no que tange à EaD, nos relatórios constam somente a discussão referente à organização e gestão da instituição, notadamente acerca dos processos de tomada de decisão, em face da peculiaridades dessa modalidade de ensino.

Dentro da estrutura organizacional da UFMT, os Conselhos Superiores são: Conselho Universitário – CONSUNI e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE. Cada Faculdade ou Instituto da universidade possui um colegiado, denominado Congregação, além do Colegiado de Curso, sendo estes espaços imprescindíveis para as tomadas de decisão.

Vale ressaltar que, por haver diferenças entre os questionários utilizados em 2010 em relação aos posteriores, somente nesta dimensão serão considerados os resultados em porcentagem das avaliações empreendidas nos anos de 2012 e 2014.

Conforme consta no Relatório da CPA de 2012

O funcionamento, a representação, a autonomia dos Conselhos Superiores e dos Colegiados de Curso cumprem os dispositivos regimentais e estatutários; sendo constituídos por todos os seguimentos da instituição, porém há que se considerar que ainda há muito a caminhar no sentido de efetivar a representatividade, com devolutiva aos seus pares, em tempo hábil, no sentido de transformação dialética do cotidiano as normas. (UFMT, 2012, p. 48)

Os órgãos colegiados são espaços coletivos de análise e resolução de problemas. Promovem a participação coletiva de todos os segmentos da instituição nos processos de decisão, com o fito de promover o exercício democrático de poder. Tratam-se de órgãos eminentemente políticos, pois fazem com que cada segmento que os compõem traga à tona suas necessidades e interesses, visando o alcance da qualidade da pesquisa, do ensino, da extensão e da gestão, com destaque à formação acadêmico-profissional dos jovens e adultos. Daí a importância de que haja participação efetiva de todos os segmentos da comunidade acadêmica, quer diretamente, ao ser um dos membros do colegiado, quer indiretamente, acompanhando os debates e as tomadas de decisão.

Em face disso, procurou-se verificar nos relatórios como tem sido a participação dos estudantes da EaD da instituição nestes órgãos, a partir dos dados espelhados nos relatórios da CPA.

No tocante a esta dimensão, os relatórios revelam que os estudantes foram indagados acerca destes aspectos: se conhecem os órgãos colegiados superiores e as instâncias de gestão da Faculdade/Instituto e do curso; se sentem que são representados pelos colegiados superiores; e, se são informados sobre suas pautas e decisões.

No que se refere ao conhecimento da existência por parte dos estudantes acerca dos órgãos colegiados da universidade, em 2012 58,5% dos estudantes indicaram não saber da existência do CONSEPE e 41,5% apontaram que sim. Sobre se sabiam do CONSUNI, 67,8% não sabiam da sua existência e apenas 32,2% indicaram que sim. 71,3% dos respondentes não sabem que existe a Congregação do Instituto ou Faculdade e apenas 28,7% deles têm ciência de sua existência. Sobre a Coordenação de Curso, 63,7% dos estudantes o conhecem e 36,3% apontaram não conhecer. Já em 2014 os dados alteram muito pouco, pois 32,1% dos estudantes indicaram saber do CONSEPE e 67,9% responderam que não. No que tange ao CONSUNI, 76,9% não sabiam da sua existência e 23,1% indicaram conhecê-lo. 76,5% dos estudantes não sabem da existência da Congregação do Instituto ou Faculdade e 23,5% disseram que não a conhecem. Acerca da Coordenação de Curso, 53,8% dos respondentes responderam que sabem da sua existência e 46,2% apontaram que não.

No cotejamento dos dados acima, percebe-se que boa parte dos estudantes desconhecem a existência dos conselhos superiores e da congregação. Tudo indica que falta

divulgação, principalmente na página da UFMT, lugar em que os estudantes poderiam consultar as pautas e o resultado das reuniões. A existência de um ícone informativo apresentando no que consistem, qual a finalidade, como é a dinâmica de trabalho e como os segmentos da instituição podem vir a participar nesses órgãos também parece indicado, sobretudo aos alunos da EaD que não encontram-se fisicamente nos campus onde as reuniões acontecem.

Com relação ao colegiado de curso, por ser um conselho que está mais próximo ao segmento dos estudantes, os dados evidenciam que pelo menos a metade deles conhecem-no. Ainda assim, semelhantemente aos demais conselhos, também carece de maior difusão da sua importância junto ao segmento dos discentes. O colegiado de curso deve zelar pela viabilização do projeto político-pedagógico do curso e tem papel importante na condução dos procedimentos administrativo-acadêmicos a serem adotados ao longo do seu desenvolvimento. Ademais, trata-se de um espaço em que todos os segmentos que o compõe podem e devem participar, como representantes ou como representados.

Quanto ao fato de os estudantes se sentirem representados nestes colegiados, os dados dos biênios não divergem. Em 2012, sobre o CONSEPE 33,9% aludiram que sim e 66,1% que não se sentem representados. Sobre o CONSUNI, 70,8% informaram que não e 29,2% responderam afirmativamente sobre a representatividade. Com relação à Congregação do Instituto ou Faculdade, 59,6% dos estudantes indicam que não se sentem representados, enquanto 40,4% mencionam que sim. Quanto à Coordenação de Curso, 64,9% dos respondentes afirmam que se sentem representados por este órgão e 35,1% dizem que não. No relatório de 2014, 69,2% dos estudantes não acreditam ser representados no CONSEPE e 30,8% dizem que sim. No CONSUNI, 76,9% apontam que não se sentem representados e 23,1% responderam afirmativamente. Quanto à Congregação do Instituto, 60,3% dos participantes mencionam que não e 39,7% indicam que sim. Em relação à Coordenação de Curso, 53,8% dos respondentes afirmam que se sentem representados, enquanto 46,2% dizem que não.

Estes dados corroboram com o aspecto anterior. Como boa parte não sabe da existência dos conselhos superiores e da faculdade/ instituto ao qual pertence seu curso, os discentes desconhecem a existência de um representante do seu segmento nessa instância. Por outro lado, ter um representante não significa que, de fato, no colegiado, este procurará saber das necessidades e interesses dos seus representados. Isso porque, tanto nas reuniões ordinárias como nas reuniões extraordinárias, os membros que compõem os colegiados não estão nele se auto representando. Para isso, precisa haver uma dinâmica da representatividade em que os representados – estudantes de EaD – sejam ouvidos quanto a suas dúvidas, necessidades e anseios. Ao ser eleito/escolhido pelo grupo dos representados, estes depositam confiança em seu representante. Em outras palavras

As relações entre representantes e representados dos diferentes segmentos da comunidade escolar são do tipo de operação de crédito, por meio do qual os representados conferem aos representantes os próprios poderes que aqueles reconhecem nestes. (BOURDIEU, 1989, p. 180)

Isso posto, pode-se afirmar que o exercício da colegialidade constitui-se em oportunidade relevante na formação da cidadania, pois permite que todos os segmentos da academia participem das tomadas de decisão acerca dos rumos da universidade, sendo o principal deles, como instituição social, a formação com qualidade dos jovens e adultos.

No que concerne à questão dos estudantes serem informados acerca das pautas e decisões destes órgãos colegiados, consta no relatório de 2012 que quanto ao CONSEPE, 29,8% afirmam que sabem sobre as informações acerca dos assuntos e decisões desse órgão, enquanto 70,2% não ficam sabendo. Sobre o CONSUNI, 77,9% aludiram que não são informados e 22,1% indicam que sim. A respeito da Congregação do Instituto ou Faculdade 74,9% dos respondentes afirmam desinformação sobre as deliberações dessa instância, e 25,1% mencionam serem informados. Sobre a Coordenação de Curso, 51,5% dos estudantes afirmam que recebem informações sobre as pautas e decisões oriundas deste órgão e 48,5% dizem que não. Em 2014, 71,8% dos estudantes dizem que não ficam sabendo das ações do CONSEPE e 28,2% afirmam que as conhecem. Não são diferentes as respostas acerca do CONSUNI, pois 74,9% apontam que não sabem sobre as deliberações desse órgão, e 25,1% responderam que ficam sabendo. Quanto à Congregação do Instituto ou Faculdade, 85,9% dos respondentes afirmam não serem informados sobre o que ocorre nessa instância, enquanto 14,1% indicam que são informados. No que concerne à Coordenação de Curso, 65,4% dos respondentes afirmam sentirem-se informados sobre decisões desse órgão e 34,6% indicam que delas não tomaram conhecimento.

No que se refere a esse quesito, para boa parte dos estudantes dos cursos da modalidade EaD, a disseminação das informações sobre o que vem sendo feito nos conselhos da universidade, em especial, no CONSEPE, no CONSUNI e na Congregação do Instituto ou Faculdade, ainda está distante do desejável. Em face de tal constatação, parece ser importante que sejam aperfeiçoados os mecanismos de comunicação existentes, como o site da UFMT e os Ambientes Virtuais de Aprendizagem – AVA, ao possibilitarem visibilidade às ações e resultados destes colegiados. Já com relação ao colegiado de curso, a divulgação do que vem sendo feito nele pode ser mais simples, sobretudo quando a coordenação de curso socializa tanto pessoalmente, quanto no AVA do curso, o calendário das reuniões ordinárias, suas pautas e seus resultados.

Como já mencionado anteriormente, os conselhos/colegiados, por se caracterizarem como espaços promotores de debates, de ideias, de alternativas, de mediação de conflitos e interesses, têm caráter pedagógico. Isso favorece a formação e a prática democrática no espaço universitário, em que seus diferentes segmentos não apenas fazem parte da instituição e, sim, tomam parte do que lhes cabe dos/nos seus processos de tomada de decisão.

3.2. Infraestrutura

Nesta dimensão são aferidas as condições que a IES apresenta para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, no que se refere à infraestrutura física. Pelo fato de que a EaD tem no polo de apoio o local em que ocorrem os seus momentos presenciais, as respostas dos estudantes dos cursos da EaD participantes da avaliação institucional referem-se às condições dos polos nos quais os cursos acontecem.

Conforme indicam os relatórios sobre esta dimensão, foram perguntados aos estudantes os seguintes aspectos: condições da biblioteca do polo, como espaço, iluminação, mobiliário; acervo da biblioteca, condições concernentes à qualidade e

quantidade disponibilizada de livros e periódicos; instalações dos laboratórios específicos dos cursos; a quantidade e qualidade de espaços disponíveis no polo para a orientação acadêmica dos estudantes (sala de tutoria) e salas de aula para os momentos presenciais; questões referentes à Tecnologia da Informação e da Comunicação, em especial sobre o AVA do curso.

Segundo indicam o Decreto 5.622/05 em seu artigo 26 e os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), o polo de apoio presencial consiste em unidade operacional no país ou no exterior, para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas no tocante aos cursos e programas ofertados a distância. Em seu espaço, ocorrem as atividades presenciais dos cursos, tais como as orientações com os tutores presenciais, seminários, palestras, aulas com os professores especialistas por meio de videoconferências, as avaliações, os trabalhos individuais e em grupos na biblioteca, nos laboratórios pedagógicos e/ou nos laboratórios de informática.

Os polos de apoio presencial consistem em espaço importante para os estudantes; daí o imperativo de que seus espaços atendam de fato as necessidades dos alunos e tutores. Em vista disso, deve dispor das condições mínimas de ergonomia dos mobiliários, espaços arejados e iluminados, que proporcionem comodidade ao estudante na realização das suas atividades presenciais, bem como favoreçam o trabalho do tutor presencial.

Preferencialmente, a responsabilidade em proporcionar a estrutura física, tecnológica e de pessoal administrativo do polo cabe ao mantenedor (Estado ou Município). Todavia, todos os entes federados – CAPES/UAB, IES e Estado ou Município – envolvidos na viabilização dos cursos, acabam também tendo que assumir o compromisso em colaborar na consecução das condições necessárias para seu bom funcionamento.

Tais aspectos são percebidos quando da avaliação de cursos ou, ainda, durante o processo de credenciamento ou recredenciamento da EaD na instituição, momento em as condições de funcionamento do polo consistem em um dos aspectos relevantes. Nesse processo, são pormenorizadas as condições de estrutura física, de pessoal, de organização e funcionamento dos mesmos.

Ao serem analisados os relatórios da CPA sobre as condições da biblioteca do polo, ressalta-se que os resultados não seguem um padrão. Em 2010, 17,7% dos estudantes demonstraram estar totalmente satisfeitos, 39,8% satisfeitos e 42,5% não souberam responder. Estes últimos assim o fizeram devido ao fato de que a biblioteca ainda estava por ser instalada no polo em questão. Em 2012, já com todas as bibliotecas dos polos montadas, 74% dos estudantes revelaram estar satisfeitos neste quesito e 26% deles estavam parcialmente satisfeitos. Já em 2014, os números foram diversificados, até porque novos cursos e polos iniciaram seu funcionamento em 2013. Neste ano, 20,3% revelaram total satisfação, 36,7% satisfação, 29,1% parcial satisfação e 13,9% dos estudantes estão totalmente insatisfeitos.

Quanto ao acervo das bibliotecas em 2010, 16,3% dos respondentes manifestam estar totalmente satisfeitos, 42,3% satisfeitos e 41,4% não souberam responder, em face do que já apontou-se anteriormente, ou seja, não havia ainda biblioteca no polo. No ano de 2012, 69,3% dos estudantes evidenciaram estar satisfeitos, 23,3% estavam parcialmente satisfeitos e 7,4% totalmente insatisfeitos. Em 2014, 10,1% mostraram estar plenamente

satisfeitos, 34,2% satisfeitos, 39,2% parcialmente satisfeitos e 16,5% totalmente insatisfeitos.

No cotejamento dos dados sobre os itens acima, constata-se que nos relatórios de 2010 e 2012, havia maior satisfação dos estudantes quanto à biblioteca. Acredita-se que isso se deve ao fato de investimentos que haviam sido feitos pelos mantenedores dos polos no tocante à aquisição de obras indicadas pelos materiais didáticos utilizados nos cursos.

Como se sabe, devido à relevância estratégica do polo para os cursos da EAD, é de suma importância que a biblioteca tenha um acervo amplo, diversificado, atualizado e compatível com as necessidades dos discentes. Outrossim, em sua estrutura física, para maior conforto e comodidade, deve conter espaço de estudo individual e em grupo; e, se possível, oferecer um acervo digitalizado, o que favorece a busca em sites educativos de títulos específicos.

No que tange à quantidade e qualidade de espaços disponíveis no polo para a orientação acadêmica dos estudantes (sala de tutoria) e salas de aula para os momentos presenciais, em 2010, 26,3% dos estudantes demonstraram estar totalmente satisfeitos, 59,8% satisfeitos e 13,9% parcialmente insatisfeitos. Quanto a esse quesito, em 2012 66,3% dos respondentes estão satisfeitos, 20,6% parcialmente insatisfeitos e 13,1% estão totalmente insatisfeitos. Na avaliação de 2014, 21,5 % estão totalmente satisfeitos, 32,9% satisfeitos, 30,4% parcialmente insatisfeitos e 15,2% totalmente insatisfeitos.

O que se depreende dos dados acima é que nos relatórios de 2010 e 2012, mais da metade dos discentes mostram estar satisfeitos com as condições dos espaços do polo para a realização das atividades pedagógicas. Isso indica que houve um esforço por parte da mantenedora em atender as indicações da Capes quanto a esse espaço. Este deve possuir as mínimas condições utilização confortável, como mobiliário suficiente, ventilação adequada com refrigeração o ar e boa iluminação. Por outro lado, no relatório de 2014 os dados não se mostram tão positivos, o que pode ser explicado pelo fato de que alguns polos estavam passando por reformas estruturais a fim de se atender as determinações da CAPES, gerando desconforto nos estudantes durante as adequações estruturais.

Sobre os instalações dos laboratórios específicos dos cursos, em 2010, 38,8% dos estudantes afirmaram estar satisfeitos, 19,9% estão parcialmente insatisfeitos e 41,3% não souberam responder. Este grupo o fez porque neste ano de 2010, apenas um dos cursos havia a exigência de laboratório pedagógico específico. Em 2012, 57,4% dos respondentes disseram estar satisfeitos, 16,6% parcialmente insatisfeitos e 26% não souberam responder, possivelmente pelo fato de o curso não ter laboratório específico. Já em 2014, 20,3% estão totalmente satisfeitos, 30,4% satisfeitos, 29,1% parcialmente insatisfeitos e 20,3% totalmente insatisfeitos. No entanto, os dados positivos, na realidade, revelam uma incoerência, haja vista que nenhum dos cursos ofertados em 2014 apresenta a exigência de laboratório pedagógico específico.

Os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância sinalizam a relevância de que, conforme a necessidade e indicação do projeto pedagógico do curso, seja instalado no polo os laboratórios pedagógicos/específicos. Segundo o referido documento, diversas áreas do conhecimento científico são fortemente baseadas em atividades experimentais. Para cursos dessas áreas, as experiências laboratoriais configuram-se como essenciais para a garantia de qualidade no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, as instituições de ensino que venham a ministrar cursos

dessa natureza deverão possuir atividades nos laboratórios de ensino nos polos de apoio presencial. Os insumos para as atividades nos laboratórios de ensino deverão ser especificadas de forma clara no projeto do curso. (BRASIL, 2007, p. 27)

Este deve ser instalado em espaço físico mobiliário apropriado e disponibilizar material pedagógico consentâneo ao projeto e às atividades concernentes às disciplinas que farão uso do laboratório.

No que está relacionado às Tecnologias da Informação e da Comunicação, em especial sobre AVA do curso, no ano de 2010, 28,8% estão totalmente satisfeitos, 58,8% satisfeitos e 12,4% parcialmente satisfeitos. Em 2012, 22,5% estão totalmente satisfeitos, 40,3% satisfeitos, 21,9% parcialmente insatisfeitos e 15,3% totalmente insatisfeitos. Já no ano de 2014, 17,7% dos estudantes estão totalmente satisfeitos, 45,5% satisfeitos, 22,9% parcialmente insatisfeitos e 13,9% totalmente insatisfeitos.

Neste quesito, mais da metade dos estudantes mostram que estão totalmente satisfeitos ou satisfeitos. Acredita-se que tal aspecto possa ser devido às ações da Secretaria de Tecnologia da Informação – STI/UFMT, em especial da Gerência de Produção Multimídia e Audiovisual (GPMA), responsável técnica pelos AVAs dos cursos da EaD na instituição. O planejamento e desenho instrucional dos AVA dos cursos é realizada por uma equipe de profissionais de web designers, administradores e Design Instrucional. O planejamento do modelo de design do AVA é organizado para atender a diferentes necessidades e contexto do curso, de modo a facilitar seu uso por parte das coordenações de curso, professores, tutores e estudantes.

Na viabilização dos polos de apoio presencial, muitas podem ser as dificuldades a serem superadas no que tange a sua manutenção e funcionamento. Neste sentido, pode-se perceber nos relatórios que a CEMTIC/STI, com o fito de atender as emanções dos Referencias de Qualidade da Educação Superior a Distância, tem promovido ações colaborativas junto aos gestores dos polos de apoio, em ajudar a promover neles maior qualidade em sua infraestrutura, ainda que os polos não sejam de sua responsabilidade direta. Constatou-se nos relatórios as seguintes ações: visitas *in loco* realizadas pela coordenação e coordenação adjunta da UAB/UFMT para debater junto às autoridades locais a melhoria das condições objetivas dos polos; e, reuniões mensais junto aos coordenadores de curso da EaD para discutir questões pedagógicas, administrativas e de infraestrutura dos cursos e polos (UFMT, 2012, 2014).

4. Considerações finais

No presente trabalho teve-se como propósito realizar um apanhado e uma análise comparativa dos resultados da autoavaliação da EaD, valendo-se dos dados presentes nos relatórios dos anos de 2010, 2012 e 2014 da avaliação institucional realizada pela CPA da UFMT. O foco da análise dos dados da EaD foram as dimensões “política de gestão” e “infraestrutura”, aduzidos em tais relatórios e sintetizados aqui, como exposto.

Existe o imperativo por parte da Instituição de Ensino Superior em divulgar junto aos discentes dos cursos da EaD a existência, as ações e os resultados de suas atividades, sobretudo por meio dos Conselhos Superiores e da Congregação da Faculdade ou Instituto

que oferta o curso, valendo-se dos diferentes meios de comunicação disponíveis na universidade, principalmente o site e os AVAs dos cursos. Quanto ao colegiado de curso, ainda que mais da metade dos discentes revele conhecê-lo e saber de suas atividades e deliberações, existe a necessidade de planejar e implementar ações que o façam ser mais visível aos estudantes. Acredita-se que esta ação poderia ser viabilizada pela coordenação do curso, por exemplo ao divulgar mais intensamente o trabalho do colegiado por meio do AVA do curso e em assembleias com os estudantes do polo.

No tocante à infraestrutura, constatou-se que, de modo geral, metade dos estudantes revelam estar satisfeitos. Todavia, no relatório de 2014, pode-se perceber maior descontentamento quanto a essa dimensão. Como exposto anteriormente, esses dados podem ser explicados pelo fato de que alguns dos polos estavam passando por reformas estruturais a fim de se adequarem às exigências da CAPES, gerando desconforto aos discentes.

Por fim, o presente estudo traz elementos que sugerem uma discussão que excede o escopo deste trabalho, mas que se faz premente a partir dos dados por ora apresentados. Há que se avaliar por meio da CPA ou de instrumentos mais pontuais e vinculados aos cursos, a natureza da relação entre os estudantes da modalidade a distância e a universidade que oferta os cursos, visto que os dados sugerem um distanciamento entre os acadêmicos e a IES que ultrapassam as distâncias físicas entre os polos e a UFMT, ainda que tenha sido minimizado nas respostas dos participantes. Esse distanciamento merece ser mais bem estudado e caracterizado a fim de se identificar maneiras de minimizá-lo e proporcionar aos estudantes o sentimento de pertença ao campus da universidade na qual são matriculados, o que demanda uma pesquisa com objetivos mais ampliados e que será apresentada em momento futuro.

Referências

- BARREYRO, Gady Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, GERES e PAIUB. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 131-152, mar. 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras proficiências**. Brasília, 2004.
- BRASIL. MEC/SEED. **Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância**. 2007. (Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf> Acesso em 20 abr.2016)
- DEPRESBITERIS, Léa. **Avaliação educacional em três atos**. 2.ed. São Paulo: Editora Senac. 2001.
- MANFÉ, Ana Caroline Assunção; MAIA, Antônio Erasmo Feitosa; BOTELHO, Mário. Referenciais de qualidade como base para o estudo de um curso de Bacharelado em Administração a distância: uma análise do material didático, professores e tutores. In: **VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. 2010 Acesso em: 20/03/2016

PETTER, Rosemary Celeste *et al.* A avaliação do sistema de orientação acadêmica/tutoria de cursos de graduação da UAB no contexto da gestão de sistema de EaD da UFMT. ESUD 2014 – **XI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância**. Florianópolis/SC 05-08 de agosto de 2014 – UNIREDE

PRETI, Oreste. **Educação a distância**: fundamentos e políticas. Cuiabá:EdUFMT, 2009.

UFMT, Universidade Federal de Mato Grosso. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2012**. Cuiabá: UFMT, 2012. Disponível em <<http://200.129.241.80/autoavaliacao/relatorios.php>> Acesso em 10 fev 2016.

UFMT, Universidade Federal de Mato Grosso. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2013**. Cuiabá: UFMT, 2013a. Disponível em <<http://200.129.241.80/autoavaliacao/relatorios.php>> Acesso em 10 fev 2016.

UFMT, Universidade Federal de Mato Grosso. **Relatório de Autoavaliação Institucional 2014**. Disponível em <<http://200.129.241.80/autoavaliacao/relatorios.php>> Acesso em 10 fev 2016.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. Do provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no ensino superior brasileiro. **Ensaio – Avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 52, p. 291-310, jul./set. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n52/a02v1452.pdf>. Acesso em 12 mar. 2016.